
PREFÁCIO

Requer este prefácio da publicação de comunicações que integraram o *Colóquio Internacional Cristianismo e Império: Conceitos e Historiografia*, que se realizou em Tomar, no Convento de Cristo, de 18 a 20 de Junho de 2008¹, uma nota prévia: o sublinhar que o carácter tardio da edição, em grande parte resultante de dificuldades de financiamento, não reduziu a importância do contributo inédito que mantêm para a historiografia, marcante pela qualidade dos estudos que a compõem, cujas perspectivas são inovadoras, quer no acervo das informações, quer nos enfoques. Alertam-se, porém, os leitores para o que estes trabalhos continuam a significar para a actualização de perspectivas.

A preocupação de uma reflexão sobre o Padroado, sobre as missões e a missiologia na relação entre factos e doutrinas, figuras e instituições, através da reunião de reconhecidos especialistas na matéria, deixaram, neste acervo, o reflexo das interpelações através das quais foram revisitados conceitos e visões que por longo tempo condicionaramos historiadores.

O período abrangido pelos temas estendeu-se do século XV à época contemporânea, num espaço geográfico que cobriu os vários continentes, tocando aspectos tão diversificados como o culto e a religiosidade; a arte e a cultura ou culturas; as missões e o império; a relação da monarquia com a Santa Sé e do Padroado com a *De Propaganda Fide*; a formação do clero nativo e a acção dos catequistas, a criação de seminários e o

¹ Organizado pelo CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; Centro de Estudos de Arte e Grupo dos Amigos do Convento de Cristo. Foram instituições de apoio o Convento de Cristo e Hotel dos Templários.



percurso atribulado das estratégias do Padroado; os caminhos do poder e os confrontos institucionais, os factos e as doutrinas.

O primeiro artigo, de Jean Pirotte, abre uma reflexão prévia na linha da longa duração, focando o cristianismo no seio da história das religiões, sob um prisma interdisciplinar, que liga a história à sociologia e antropologia, assim como integra os aspectos circunscritos no tempo e no espaço em dinâmicas universalizantes, no seio das quais se geram impactos geopolíticos e civilizacionais. Permite este primeiro estudo tocar a questão omnipresente das relações entre centros e periferias, entre Igreja universal e Igrejas particulares, relacionando as marcas de cada época com tendências de uma quase intemporalidade.

A interculturalidade constituiu um campo que, abordado também por Jean Pirotte, – nomeadamente na reflexão sobre a criação artificial de padrões de uniformização de modelos diferentes de Igreja, conforme os estereótipos institucionais de cada agente – surge em numerosas comunicações, mas de um modo especial na de Rowena Robinson a propósito das representações sacras do cristianismo na Índia, centrando-se em quatro grupos fundamentais e trazendo à temática missionária novos elementos para uma revisão crítica da historiografia religiosa europeia. Reflectindo sobre o conceito de conversão, conjuga o olhar da história com o da antropologia na compreensão da construção dessas representações, nas quais se espelha o perfil de cada grupo e se exprime com mais frequência o confronto do que um sincretismo harmonioso.

Também neste campo se situa o contributo de Anne McGinness, que analisa as *conversões* e o cristianismo que resultaram da evangelização no mundo ibérico na celebração mais popular no Brasil e no Peru, a festa do *Corpus Christi*, em Cusco e no Rio de Janeiro, no século XVI. Examinando as figurações da mesma em quadros pintados por indígenas daquele domínio castelhano e nas informações da correspondência com o reino, no Brasil, interpreta a forma como grupos diferentes assumem uma distinta percepção: integra-se a dos europeus num quadro ligado a uma tradição antiga, mas remodelada pelas orientações tridentinas; liga-se à dos nativos e mestiços de Cusco ao culto ancestral dos Incas ao deus sol; e, no caso

da dos habitantes do Rio de Janeiro, aventa a autora a hipótese de eventuais reminiscências de rituais e danças dos tupinambás.

A meio caminho entre a história das culturas e a institucional, situaram-se os temas relativos às estratégias face aos chamados *cleros nativos*. Neste campo, Teresa Lacerda apresentou um estudo comparativo da variedade de situações no império, ao longo de diversas épocas. Considerando que, em termos de um balanço geral, o clero europeu foi em geral preferido como forma de evitar fenómenos de hibridação cultural, Teresa Lacerda investigou experiências variadas como a tentativa pioneira de uma hierarquia local no Congo, as tensões étnicas em Cabo Verde e São Tomé; o envio de sacerdotes de Angola ao Brasil, para uma acção pastoral junto dos escravos; a coexistência de uma visão negativa e de outra positiva quanto ao clero nativo, ou a relação das estratégias com as preferências geográficas das congregações missionárias. A autora foca, ainda, a progressiva rigidez no Brasil, variável, contudo, no espaço, assim como entre os dois ramos do clero e, no caso do regular, entre os diferentes institutos. Realçou a dubiedade do termo (clero nativo) no largo leque da população mestiça e, no caso de Goa, o seu crescimento a partir de Pombal. A situação no extremo-orienté é também abordada, especialmente em Macau e no Japão. Por outro lado, integram-se os impactos das determinações tridentinas, assim como em relação a outras matérias, como os debates sobre a localização dos seminários.

A matéria do clero nativo foi, igualmente, a escolha da comunicação de Ângela Barreto Xavier, numa análise centrada em Goa durante o século XVII, trabalhando nomeadamente na questão da passagem das igrejas ao clero secular, no âmbito das emergentes orientações tridentinas, investigando as tensões entre os dois grandes ramos do clero e o contexto de uma disputa territorial entre ambos, por detrás das críticas veiculadas. A complexidade das questões vê-se incrementada pela entrada em cena da *De Propaganda Fide*, surgindo no campo novos institutos, multiplicando-se as hierarquias, divididas por confrontos institucionais, étnicos e culturais. Finalmente, revê a autora vários conceitos, com destaque para a designação errónea de clero nativo, quando este é profundamente plural,

integrando as tensões entre os nascidos no império e os naturais do reino. Ângela Barreto Xavier alerta, igualmente, para os cuidados a ter face a enfoques que privilegiaram a visão de um instituto, o da Companhia de Jesus, sobre os demais, analisando o processo de dilatação das visões distorcidas da realidade e os seus condicionalismos.

Sobre a criação de um corpo de auxiliares da evangelização, debruça-se Isabel Tavares Mourão, investigando, já fora do império e no seio mais vasto do Padroado, no Tum Kim e na Cochinchina da primeira metade do século XVII, a formação de uma congregação de catequistas, a que se liga a viagem de Alexandre Rhodes a essa região em 1627. Mostrando as peculiaridades da organização de um cristianismo clandestino, num contexto particularmente difícil aos jesuítas, analisa os objectivos desta iniciativa, que visava auxiliar os padres e substituí-los quando necessário, promovendo ao mesmo tempo a conversão dos naturais.

Na história institucional, e em particular na da Ordem de Cristo e o Direito do Padroado, Roland Jacques abordou inúmeros aspectos fundamentais a partir de uma análise minuciosa das estratégias de D. Manuel. Assim, na já mencionada formação de um clero nativo, o autor realça a preocupação do Estado nesse carácter peculiar de uma evangelização de África pelos africanos (no Congo) e, muito possivelmente, do oriente pelos orientais, explicitando quanto esta estratégia, antes de o ser da *De Propaganda Fide*, o foi do Padroado. Roland Jacques dá conta da visão deste rei na reconfiguração do Padroado e das hierarquias eclesiásticas, assim como na relação com a Santa Sé, notável, quer na perspectiva do império em construção, quer nos equilíbrios de poderes. Esta reordenação, em que se integra a criação de uma primeira e vastíssima diocese ultramarina, manifesta o pragmatismo de um soberano cujo sentido das realidades integra, a seu ver, o Padroado no seu período áureo. O autor sublinha a prudência de D. Manuel em não seguir os passos de Castela na proliferação de novas sés além-mar. O estudo foca igualmente as estratégias romanas, não só no que toca a criação do primeiro bispado ultramarino, como na estruturação das várias hierarquias e na sua sujeição ao papa. Os interesses económicos não são esquecidos por Roland Jacques, que não separa este importante

nível das estratégias régias das metas eclesiásticas, relacionando alguns desses aspectos, no que toca os novos espaços ultramarinos, com as questões sobre os dízimos.

Também na história do Padroado se integrou o texto de Madalena Larcher, para um tempo um pouco mais tardio, no âmbito das medidas dos últimos soberanos da dinastia de Avis e no que toca a reconfiguração da Ordem de Cristo e da sua alçada ultramarina. Esta enquadra-se em outras medidas políticas próprias de um tempo de centralização do poder régio, como as que respeitam às reformas de tribunais. Neste tema, a questão da formação do clero, enviado do reino, foi abordada na sua relação com a Ordem de Cristo a partir do projecto da criação de um seminário no convento de Tomar pelo Cardeal D. Henrique, intimamente relacionado com as atribuladas alterações coevas na Ordem e na respectiva vigararia, assim como com a reformulação do tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, num processo que culmina na génese das doutrinas mais ousadas do Padroado.

O tema do Padroado viu-se ainda enriquecido por uma abordagem na época contemporânea: a de Claude Prudhomme, que visou as missões portuguesas no contexto da polémica com a *De Propaganda Fide*, em torno de uma eventual lacuna na formação do clero autóctone. O enfoque situou-se no século XIX, no âmbito de um significativo florescimento missionário e num novo quadro geo-político. Nele trabalha o autor a controvérsia, ligada às críticas da congregação romana, desde a sua fundação, decorrentes do vínculo entre evangelização e Estado. Uma atenção particular a esta matéria permite a revisão de uma alegada divergência de metas entre a Propaganda e Padroado, por vezes contrariada pelos factos. Analisando um amplo emaranhado de condicionalismos e revendo muitas posições à luz de um estudo cuidado dos discursos das partes, conclui ser notável a hábil estratégia romana. Face às dioceses do Padroado, insiste na importância da resistência à romanização levada a cabo pela Propaganda, considerando também, por detrás de algumas resistências eclesiásticas, aspectos ligados a bases culturais e políticas (como a pertença a um rito), conjugando, pois, três prismas: o político-cultural, o eclesiológico e missiológico. O autor evoca, também, a questão fundamental do resultado

eclesial da acção das duas esferas (a do Padroado e a da Propaganda), sem esquecer a análise de uma intervenção directa do papado em ambas, marcada por precauções jurídicas e diplomáticas, às quais se liga a criação de vigários apostólicos revestidos de um carácter episcopal (sem se tratarem de bispos residenciais), associados também à política de conjugação de uma repartição geográfica dos territórios missionários com a entrega de cada área a um instituto concreto.

Por fim, num tema territorialmente circunscrito aos Açores, Susana Goulart Costa centra a sua comunicação na história da sé de Angra, desde a sua criação, em 1534, até ao século XX, sob o ângulo do discurso e dinâmica pastoral do episcopado, na sua evolução e na relação com cada contexto, focando, para tempos já tardios, os padrões instaurados pelas Luzes e pelo liberalismo, ou seja, analisando o perfil deste episcopado na longa duração. Quanto ao espaço, coloca em destaque as implicações dos condicionais geográficos nas dificuldades levantadas pela dispersão e insularidade.

Completou-se, assim, o quadro das análises com esta comunicação sobre um bispado em particular, embora o quadro das dioceses ultramarinas tenha sido inevitavelmente abordado em muitas comunicações. Aspecto central da política do Padroado, e questão complexa na relação entre hierarquias e entre a monarquia e Roma, foi especialmente tratado por Roland Jacques quanto ao primeiro grande passo da sua estruturação, com a fundação da sé do Funchal, e por Madalena Larcher quanto a vários aspectos da sua relação com a jurisdição da Ordem de Cristo nos finais da segunda dinastia.

Colocam-se, pois, à disposição dos investigadores, estes temas que, ainda que diversificados, se cruzam no âmbito das reflexões sobre cristianismo e império, interpelando os conceitos e a historiografia.

MARIA MADALENA OUDINOT LARCHER

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; Instituto Politécnico de Tomar

PAULO TEODORO DE MATOS

Investigador FCT

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores